

BOLETIM 28

Brasília, 11 de dezembro de 2015

“Ajuste” provoca maior tombo na produção industrial em outubro

A Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra bem o que está acontecendo na indústria. Em outubro, a produção industrial recuou 0,7%, em relação a setembro, o quinto resultado negativo consecutivo. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o tombo foi de 11,2%, vigésima taxa negativa consecutiva nessa comparação e a mais acentuada desde abril de 2009 (-14,1%). No acumulado do ano, a produção industrial caiu 7,8%.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), “estes resultados são consequência de problemas estruturais da competitividade industrial, mas também da total erosão da demanda, relacionada à elevação dos juros e à contração do crédito, ao ajuste fiscal severo - com cortes do investimento público -, ao encolhimento da Petrobras e do complexo da construção pesada, e ao rápido crescimento do desemprego. Diante de um cenário tão adverso, com substantiva capacidade ociosa, 2015 se encerrará também com uma expressiva redução do investimento produtivo”.

TODAS AS CATEGORIAS EM QUEDA

Em um quadro de recessão, que já beira a depressão, a produção industrial teve queda em



todas as categorias econômicas e em todas as bases de comparação. Na passagem de setembro para outubro, o setor de bens de capital (máquinas e equipamentos) caiu 1,9% e no acumulado de janeiro a outubro encolheu 24,5%; nesses mesmos períodos, o setor de bens intermediários (insumo, matéria-prima etc.) recuou 0,7% e 4,5%, respectivamente; a produção de bens de consumo diminuiu 0,6% e 9,5%; bens de consumo duráveis: -5,6% e -17,2%; bens de consumo semiduráveis e não duráveis: -0,6% e -7,2%.

Em outubro, 15 dos 24 ramos pesquisados pelo IBGE apresentaram resultados negativos. Os resultados mais gritantes se deram na produção de equipamento de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-9,4%), produtos de madeira (-4,4%), móveis (-3,8%), outros equipamentos de transporte (-3,4%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-3,0%).

No acumulado do ano, conforme o IBGE, “25 dos 26 ramos, 71 dos 79 grupos e 75,5% dos 805 produtos pesquisados tiveram queda na produção”. Dez setores apresentaram queda superior a 10%: equipamentos de informática,

produtos eletrônicos e ópticos (-29,2%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-24,6%), impressão e reprodução de gravações (-17,0%), produtos têxteis (-13,7%), máquinas e equipamentos (-13,6%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-13,3%), móveis (-13,2%), produtos de metal (-11,2%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-11,0%) e confecção de artigos do vestuário e confecções (-10,1%). A única influência positiva ocorreu na indústria extrativa (6,3%).

De acordo com o IBGE, no terceiro trimestre a indústria teve retração de 1,3% ante o trimestre anterior, sendo que na indústria de transformação a queda foi de 3,1%. Na comparação com o terceiro trimestre de 2014, o recuo da produção industrial foi de 6,7%.

No último boletim Focus, a estimativa é de que este ano a produção industrial tenha uma contração de 7,60% e em 2016, queda de 2,40%. O governo, através do Banco Central, tem dito que seu objetivo é trazer a inflação para o centro da meta (4,5%), o que implica dizer que a política de juros altos vai continuar prejudicando a atividade produtiva.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



CNC: fechamento de 64,5 mil lojas é recorde no país

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgou levantamento na segunda-feira (07) que aponta o fechamento de 64,5 mil estabelecimentos comerciais nos últimos 12 meses no país. O estudo leva em consideração os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, que contabiliza uma queda de 9,1% no número de estabelecimentos comerciais com vínculo empregatício no Brasil até outubro em relação ao mesmo período do ano passado – queda inédita em mais de uma década.

“A deterioração das condições de consumo em função da inflação e juros elevados, somados à queda na confiança de empresários e consumidores impõe um cenário desalentador para o varejo, pelo menos no médio prazo”, afirmou o economista da entidade, Fabio Bentes.

O setor de hiper e supermercados foi o destaque da pesquisa, já que foi responsável por 32,6% das lojas fechadas - o equivalente a 15,5 mil pontos de venda. Como o indicador está completamente associado ao volume de vendas, a questão é bastante preocupante, já que representa que as famílias estão deixando de consumir produtos considerados de primeira necessidade, como alimentos e produtos de higiene.

Em seguida, vieram no ranking de fechamento de pontos de venda os segmentos de vestuário, com 9,7 mil lojas fechadas, e de materiais de construção, com 9,5 mil.

O comportamento do emprego no varejo também tem batido recordes históricos nesse ano. Ainda a partir de números do Caged, a CNC calcula o fechamento de 113 mil vagas de emprego no



varejo no ano até outubro. A entidade estima que o número deve chegar a -200 mil empregos até o ano acabar. A expectativa da CNC para o PIB do comércio é de queda de 8% em relação a 2014 e do volume de vendas de 4%.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Governo quer usar DRU para ações nas áreas de trabalho e previdência

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, voltou a defender, nesta terça-feira (8), a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ele participou de audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que discute três propostas (PECs 4; 87; e 112, todas de 2015) que renovam o mecanismo que autoriza o governo federal a usar livremente parte da arrecadação da União e cuja vigência atual termina no fim deste ano. Barbosa quer a ampliação do percentual de recursos desvinculados de 20% para 30% e a prorrogação da DRU até 2023.

O ministro argumentou que o orçamento brasileiro é muito rígido e que a desvinculação dá mais flexibilidade de alocação de receitas. Nelson Barbosa explicou que a previsão inicial do governo com a prorrogação da DRU era dispor de R\$ 121 bilhões em 2016 para importantes políticas públicas do País, priorizando as áreas de trabalho, previdência e defesa. O valor total, no entanto, ficará em torno de R\$ 117 bilhões devido à retirada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste da desvinculação.

"Esses R\$ 121 bilhões desvinculados – depois faremos um ajuste para dar R\$ 117,9 bilhões – seriam realocados da seguinte forma: R\$ 58 bilhões para trabalho e previdência social (seguro-desemprego, abono salarial, assistência social); R\$ 24,8 bilhões para despesas da defesa; R\$ 10 bilhões para reserva de contingência, que fica mantida no orçamento para aumentar o resultado primário, se houver necessidade de contingenciamento, ou para realizar outros investimentos (*veja tabela*)", explicou o ministro.

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DESVINCULADOS EM 2016

Área	R\$ milhões	%
Trabalho e Previdência Social	58.122,28	47,88%
Defesa	24.810,85	20,44
Reserva de Contingência	10.000,00	8,24
Encargos Financeiros da União	9.560,39	7,88
Operação Oficial de Crédito	5.492,71	4,52
Cidades	4.561,64	3,76
Educação	3.221,64	2,65
Planejamento	2.972,82	2,45
Fazenda	1.020,06	0,84
Agricultura	716,50	0,59
Cultura	463,22	0,38
Saúde	138,40	0,11
Esporte	131,26	0,11
Relações Exteriores	75,90	0,06
Meio Ambiente	73,46	0,06
Minas e Energia	23,90	0,02
Integração Nacional	13,49	0,01
Justiça	1,47	0
Assistência Social	0,20	0
Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos	0,02	0
TOTAL	121.400,20 *	100

*Valor cairá para R\$ 117,9 bilhões, após a retirada, pela CCJ, dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste da DRU

Fonte: Ministério do Planejamento

Relatório

A prorrogação da DRU é prioridade para o governo dentro do ajuste fiscal. O ministro pediu rapidez na análise da proposta, mas o relator da comissão especial, deputado Laudívio Carvalho (PMDB-MG), disse que vai se debruçar sobre os números apresentados hoje pelo ministro e que terá toda calma para elaborar seu parecer.

"Não tenho pressa alguma, porque não adianta correr contra o tempo. É preciso que a gente entenda as necessidades do País, na educação, na saúde, nos programas sociais", declarou Carvalho.

Mesmo sem previsão de data de entrega do texto pelo relator, o presidente do colegiado, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), convocou reuniões para a próxima quinta-feira (10) e para terça-feira da semana que vem (15), a fim de analisar o relatório final.

Fonte: Agência Câmara

Cunha afirma que não haverá votações no Plenário até decisão do STF sobre impeachment

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, afirmou em entrevista no Salão Verde que não haverá mais votações no Plenário da Casa até a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a tramitação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Segundo Cunha, são os próprios partidos



que estão interessados em obstruir as votações, aguardando uma decisão final do STF.

O presidente disse estranhar uma decisão liminar do Supremo em recurso incidental sobre Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), como foi o caso da decisão do ministro Edson Fachin à ação impetrada pelo PCdoB, que questiona o rito a ser adotado em processo de impeachment. Fachin suspendeu a tramitação do pedido de impeachment até a próxima quarta-feira (16), quando o plenário da Corte deverá julgar a ação do PCdoB.

Para o julgamento definitivo do STF, Cunha informou que enviará nesta quinta-feira as explicações complementares pedidas pela Corte. No entanto, ele acredita que as divergências e as disputas em torno do impeachment vão manter os riscos de judicialização até o fim do processo.

Ele reafirmou que está seguro em relação à correção dos procedimentos adotados na sessão de ontem, quando a votação para eleição dos integrantes da comissão especial foi secreta e os deputados elegeram uma chapa alternativa.

Fonte: Agência Câmara



Relator apresenta nova versão de parecer do Código de Mineração e quer votá-lo neste ano

O relator do novo Código de Mineração (PLs [37/11,5807/13](#) e outros), deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) entregou nesta terça-feira (8) ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a nova versão do parecer sobre o tema.

A intenção é votar o texto em Plenário ainda neste ano. Em relação à versão anterior, Quintão destaca que o novo parecer endurece as exigências para que as mineradoras mantenham o seguro geral para cobrir gastos com acidentes, recuperação ambiental e tratamento de barragens. Segundo ele, essas mudanças foram introduzidas no texto após conversar com os deputados que participaram da comissão externa que acompanhou as consequências do desastre em Mariana, Minas Gerais, onde houve o rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro da mineradora Samarco. O acidente provocou grave impacto ambiental nos municípios banhados pelo Rio Doce, até o Espírito Santo.

"Nós endurecemos a nossa posição para obrigar as mineradoras a ter um seguro geral que cubra acidentes, fatalidades e recuperação do meio ambiente. Estamos também obrigando as mineradoras a tratar as suas barragens, ou seja, começar a reutilizar o produto de suas barragens, o que irá ajudar a diminuir o nível das barragens".

DNPM

O novo código prevê a transformação do

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Agência Nacional de Mineração, com maior estrutura e orçamento. Também cria um fundo para o setor composto de 2% da Compensação Financeira sobre Produtos Minerais (Cefem), capaz de somar em torno de R\$ 100 milhões por ano.

Votação

Quintão informou ainda que o presidente Cunha sugeriu que, em vez de apresentar as mudanças diretamente ao Plenário, que o relator tentasse aprovar o texto na comissão especial que analisa a matéria. "A sugestão do presidente Eduardo Cunha é que votássemos o relatório na comissão e trouxéssemos para o Plenário. Ele vai decidir, agora, se vota na comissão (especial) antiga ou na comissão recém-criada para que a gente possa votar isso na semana que vem. Querendo, dá tempo. Temos que aproveitar uma pauta positiva e tentar votar antes do fim ano." A previsão de Quintão é que é possível votar esse novo texto em plenário na semana que vem. A proposta de novo Código de Mineração não é consensual. Durante o período em que tramitou na Câmara, o texto recebeu várias críticas de entidades socioambientais.

Congresso pode votar LDO na próxima semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou nesta quarta-feira (9) a realização de sessão do Congresso Nacional na próxima terça (15) e na quarta (16), em horário a ser combinado com a Câmara dos Deputados.

A ideia é votar todos os temas orçamentários pendentes. As propostas mais

urgentes são a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 e o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, já aprovadas na Comissão Mista de Orçamento.

Na terça, a reunião está marcada para as 19 horas, na Câmara dos Deputados

Fonte: Agência Senado



Categoria pode recorrer à greve e ao dissídio no Maranhão

O SINDCONSTRUCIVIL – de São Luis (MA), presidido pelo companheiro Humberto França Mendes, com o apoio da Federação dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário do Estado do Maranhão, presidido pelo companheiro Francisco das Chagas Viana (*foto*), que também é vice-presidente da CONTRICOM, convocou Assembléia Geral da categoria para o próximo dia 19 de dezembro, às 9 da manhã, na sede da entidade, com o objetivo de discutir e aprovar a instauração de dissídio coletivo, como também a possibilidade de deflagrar greve geral tendo em vista o impasse nas negociações com o sindicato patronal – SINDUSCON.

Recentemente, foi assinado acordo coletivo dos trabalhadores da indústria da construção

pesada do Estado que assegurou um reajuste salarial de 10,5% com o SINICOM, entidade empresarial que representa o setor.

Já o SINDUSCOM recusa-se a negociar o mesmo índice de reposição salarial que é reivindicado para a categoria em geral, como também sugere o adiamento da data-base de 1º de novembro para 1º de julho, o que significaria deixar os trabalhadores sem o reajuste por 21 meses.

Francisco Chagas Viana argumenta que “não é possível esperar tanto tempo para atender os trabalhadores, principalmente agora quando a inflação ultrapassa os 10% ao ano, conforme os índices oficiais”. O dirigente sindical informou que, mantida a intransigência patronal, os trabalhadores do Estado do Maranhão abrangidos por essa negociação, em torno de 150 mil, não terão outra alternativa senão paralisar suas atividades e ingressar com o dissídio coletivo na Justiça do Trabalho.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Agenda do Presidente da CONTRICOM **Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Dia 12 de dezembro – sábado

Participa, em Fortaleza, da posse da nova Diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Ceará – FETICOMCE, que será presidida pelo companheiro Antonio Rodrigues Fernandes.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)